

A UNIDADE DO RIO GRANDE

Por puros motivos eleitorais, pretende-se estabelecer um antagonismo entre as zonas do nosso Estado genericamente chamadas Colônia e Fronteira. Há, entre elas, notáveis contrastes. Diversa é a natureza, diferente é a população que nelas se fixou e se desenvolveu. Uma é essencialmente habitada pelos descendentes dos primitivos conquistadores e defensores do solo, e do seu passado belicoso conserva ainda feições características; a outra, mais densamente povoada, está em grande parte ocupada por descendentes de imigrantes. Uma é a zona da grande propriedade rural, onde se pratica a criação extensiva; a outra é a zona da pequena propriedade, onde se faz a lavoura intensiva.

Há, pois, notáveis diferenças entre as duas regiões, diferenças que, tendo base étnica e econômica, se estendem a outras manifestações da vida coletiva. Mas oposição não há, porque até do ponto de vista econômico se completam as duas zonas: a que uma dá, a outra não oferece, ou dificilmente o pode fazer. O Rio Grande é admirável, entre outros motivos, por esta diversidade, que não lhe prejudica e, antes, reforça a soberba unidade.

Demais, as duas zonas vão-se lentamente penetrando. Como é economicamente acertado onde quer que as condições físicas o permitam, está-se desenvolvendo a lavoura, ao lado da criação, na chamada zona da Campanha. E não só a lavoura extensiva, mas também a pequena cultura. A grande propriedade está-se subdividindo, e passou a exigir, com a fragmentação, uma exploração mais intensiva, um maior emprêgo de braços. Por outro lado, os pitorescos costumes gauchescos penetraram a zona colonial e não é das menores maravilhas daquela região o topar-se com autênticos gaúchos pela indumentária, pelos costumes, pela linguagem, mas portadores de nomes mais ou menos arrevesados. A melhor demonstração desta progressiva identificação da gente rio-grandense, qualquer que seja a sua procedência, está em que numerosos elementos da zona colonial tomaram parte nas duas revoluções de 1893 e 1923. Da de 1930 não falamos, porque foi antes uma passeata que acabou muito mal.

Assim, apesar da sua diversidade originária, vai-se integrando o Rio Grande numa unidade cada vez mais perfeita, da mesma forma por que as peculiaridades do nosso Estado não comprometem, e antes corroboram, a unidade nacional. Opor rio-grandenses de uma região, a rio-grandenses de outra região, por motivos meramente eleitorais, seria um crime, se não fôra uma insânia. A única separação admissível entre rio-grandenses é a das suas idéias e a das suas virtudes, por ser esta a distinção necessária ao bom funcionamento da democracia. Faça, pois, cada candidato a propaganda que melhor lhe pareça para o seu objetivo imediato, mas respeite os supremos interesses da comunidade rio-grandense. A caça ao voto também deve ter as suas limitações.

Simbolo perfeito desta perfeita integração rio-grandense é, por exemplo, o candidato libertador ao governo do Estado. O sr. Edgar Schneider descende de antigos imigrantes, que aportaram ao nosso Estado. Por êste lado, seria um elemento da colônia, um candidato natural daquela zona, cujos problemas conhece perfeitamente. Mas tão em casa está na Fronteira, que acabou de percorrer vitoriosamente, como na Colônia, a que o liga a progênie, ou em Porto Alegre, onde nasceu. Quem o poderá distinguir dos rio-grandenses da Fronteira, se tão maragato foi sempre como os que tomaram parte na epopéia de 1893, e tão libertador como os que fizeram o movimento de 1923?

A candidatura Edgar Schneider não é, pois, uma candidatura da Colônia ou da Fronteira, do Norte ou do Sul: é simplesmente uma candidatura libertadora, isto é, uma candidatura que encontrará apoio, onde quer que, pela regeneração dos nossos costumes políticos, pulse um coração de patriota.